

# Fazenda comemora a acomodação dos indicadores e “acerto de rumo”

Claudia Safatle

De Brasília

“Acertamos o rumo”, comentou o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, depois de uma semana em que o real se valorizou frente ao dólar, subiu a cotação dos títulos da dívida externa brasileira e caiu o risco Brasil. “Quando o prêmio de risco cair abaixo de 1.000 pontos, vamos cortar um bolo aqui”, disse a um assessor.

A desaceleração da inflação já começou e não é apenas um soluço, mas uma tendência, na avaliação do governo. É claro que não será um processo linear. Vai haver momentos de maior ou menor otimismo, até porque o mundo está à beira de uma guerra. No “front” externo, a equipe econômica está tranquila. Garante que as contas do balanço de pagamentos deste ano estão praticamente fechadas e a questão da vulnerabilidade externa está, portanto, resolvida, desde que não haja nenhuma hecatombe no mercado externo.

“O governo está muito certo do que está fazendo. Os ruídos são normais e as pessoas vão se acostumar com eles”, avalia Palocci nas conversas que teve ao longo da última semana com sua equipe. Ruídos, para ele, são os rumores de que o governo do PT estaria preparando um plano B. Um programa alternativo de política macroeconômica. Isso não existe, deixou claro o ministro da Fazenda em mais de uma oportunidade. Esses boatos estariam vindo de parlamentares do próprio partido. O ministro não avalia essa versão. Mas também não nega. “As pessoas precisam se acostumar com o fato de que o PT é um partido disciplinado, mas democrático. Não se impõe, de forma autoritária essa disciplina. Mas, na histórias das votações, ele é o partido mais coerente”.

Cabe aos agentes econômicos compreender que o PT é um partido polêmico, “mas que cumpre a sua missão”. E é isso que o ministro da Fazenda tem dito a inúmeros interlocutores, seja empresários, banqueiros ou analistas

econômicos que o procuraram nos últimos dias, preocupados com a existência de plano B, ou inquietos com as mudanças na agenda legislativa.

Muitos o questionaram nas últimas semanas porque o governo havia abandonado o projeto de regulamentação do artigo 192 da Constituição, que abre as portas para a autonomia operacional do Banco Central. Aos interlocutores, Palocci explicou: “Calma. Não estamos abandonando”. E na noite de quarta-feira, depois de duras discussões, a bancada do PT aprovou o encaminhamento do projeto do deputado Virgílio Guimarães, sobre o assunto.

Mesmo reconhecendo que esses movimentos geram dúvidas e, às vezes, deixam os mercados nervosos, o ministro da Fazenda acha que o processo decisório, no partido, não deve mudar. As pessoas vão acabar entendendo que é assim que funciona e o resultado terminará sendo melhor do se forem usados métodos coercitivos.

Palocci tem sido indagado também sobre o encaminhamento dos projetos de reforma da previdência e tributária. Qual vai primeiro, o que é prioridade. A resposta é que é possível tramar ambos em paralelo. Já houve debate demais no país sobre esses dois temas. Agora é hora de votá-los, acredita.

À cobrança por mudanças na economia, políticas alternativas, plano B, ele responde: “Se o modelo é igual ou diferente do governo anterior, a isso pouco dou bola. Vamos fazer o que é certo”.

Mas nota que falta um certo entendimento, no debate das mudanças, sobre coisas importantes que estão acontecendo e têm passado desapercebidas.

“No ajuste fiscal, cortamos para dentro. Isso tem uma importância brutal”. O governo anterior fez um ajuste centrado no aumento de dez pontos percentuais na carga tributária como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), deixando uma estrutura tributária “cheia de venenos que contaminam o organismo econômico”, observa.

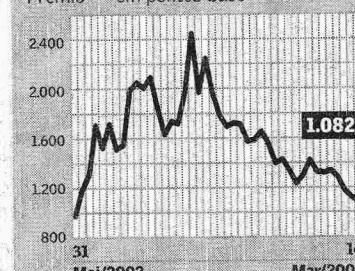
Isso, para ele, é até mais grave

## Acomodação

Evolução dos indicadores macroeconômicos

### Risco Brasil

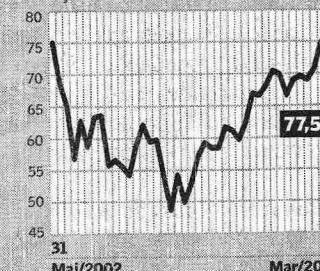
Prêmio \* - em pontos-base



Fonte: Bloomberg, IBGE e Valor Data. \*EMBI+, calculado pelo JP Morgan.

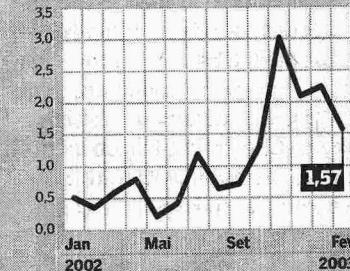
### C-Bond

Cotação - em US\$ centavos



### IPCA

Variação mensal - em %



do que aumentar as taxas de juros. Por uma razão simples: “juros é uma porta que você abre e fecha”. Ou seja, as taxas podem ser aumentadas ou reduzidas na medida em que o comportamento da inflação o permita. Já o aumento da carga tributária representa “uma interferência brutal, e cheia de distorções, no processo econômico”. A reforma virá exatamente para parar esse processo.

Essa é uma mudança de lógica “fortíssima” que este governo está fazendo, tem explicado o mi-

porção do PIB é o único caminho para diminuir o risco Brasil e para reduzir juros. E tudo tem que ter consistência. “Não estamos preocupados em reduzir os juros amanhã. Estamos preocupados em poder ter nos próximos quatro anos uma política de redução real de juros e não ficar no sobe e desce. Essa é outra mudança”, aponta.

Em explanação no Senado, na semana passada, ele mostrou cálculos feitos por sua equipe sobre trajetória de queda da dívida líquida/PIB de agora até 2011. Os cenários foram construídos com base em superávits de 4,25%. Não necessariamente será esse o percentual dos próximos três anos, mas a política de superávits primário veio para ficar.

Porque o governo usa o sistema de metas para inflação que o mundo usa há anos — começou em 1990 na Nova Zelândia, e não aqui — porque usa o regime de taxa de câmbio flutuante, que o mundo moderno inteiro usa, “falam que estamos repetindo. Mas eu não ligo para isso”, responde a quem o aborda sobre essas críticas. “Por ter mudado a qualidade do ajuste, nós vamos virar o jogo de forma consistente e não reduzir os juros aqui, para crescer um pouquinho ali e depois ter que aumentar os juros de novo. Isso não dá certo. Temos que garantir uma virada do jogo.”

Ao mesmo tempo em que gera o ajuste externo e interno, o governo está buscando a “agenda do crescimento”. A visão do ministro da Fazenda é clara.

Se não forem removidos os garrafais ao crescimento agora, numa tarefa simultânea ao ajuste, no momento em que o país estiver em condições de crescer a taxas mais robustas, não conseguirá. “Isso aconteceu no passado recente. Havia a oportunidade de crescimento, mas não se investiu, não se mexeu na infra-estrutura, não se resolveu a questão da energia, e não cresceu”, lembra.

É nesse contexto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está discutindo com os bancos públicos federais, que a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, está buscando diálogo com o setor elétrico. “Vamos fazer todas as coisas necessárias para que assim que tivermos oportunidade, crescer”. Alguns setores industriais estão chegando no limite da sua capacidade instalada e vão precisar de investimentos para aumento da capacidade, conforme estudos apontados pelo Iedi. Isso, por exemplo, é algo que ele acha que não pode esperar, embora não esteja certo de que para promover tais investimentos seja necessário financiamento público ou subsídios.

O governo do PT não é contrário ao uso de subsídios fiscais ou crédito público subsidiado, desde que sejam seletivos e feitos onde não há disponibilidade de crédito privado. Energia elétrica é um dos setores que, se não houver financiamento suficiente, o Estado terá que entrar. Já os investimentos em programas de defesa social tem que ser feitos já, apesar da restrição fiscal.

**Vamos fazer todas as coisas necessárias para que, assim que tivermos oportunidade, crescer”**

o governo anterior, ao contrário, apertou a arrecadação e recusou a reforma.

Outro foco da mudança que ele destaca é o ajuste na dívida pública. Nos primeiros quatro anos do governo de FHC, os déficits fiscais foram consecutivos. “Isso foi gravíssimo, com resultado desastroso para as contas públicas”. Este governo começou “focado na dívida pública. Esse foco dá resultado. Podemos perder um jogo ou outro mas ganharemos o campeonato”.

Reducir a dívida como pro-